

“A ESCRAVA” (1887), DE MARIA FIRMINA DOS REIS: AS VIOLÊNCIAS ENFRENTADAS POR MULHERES NEGRAS NA ESCRAVIDÃO E SEUS ECOS NA ATUALIDADE

Joyce Pereira Vieira¹

RESUMO: Maria Firmina dos Reis (1825-1917) foi a primeira escritora negra a produzir literatura abolicionista no Brasil e lutou pela igualdade racial e de gênero. Este trabalho objetiva, principalmente, explorar como a referida autora retrata as diversas formas de violência enfrentadas pela mulher negra durante o período da escravidão no Brasil do século XIX, através de seu conto "A escrava" (1887). Busca-se demonstrar que a violência não apenas estava enraizada na estrutura institucional da sociedade da época, mas também persiste na contemporaneidade sob formas como o racismo e o sexismo. Para isso, nossa análise fundamenta-se nos estudos de Lélia Gonzalez (2020), Lilia Schwarcz (2019) e Eduardo Duarte (2018), que exploram as experiências de violência enfrentadas pelas mulheres escravizadas e suas implicações atuais. Além disso, destaca-se a abordagem inovadora de Firmina dos Reis ao adotar uma perspectiva de alteridade, dando voz aos sujeitos escravizados para que possam narrar suas memórias traumáticas desse período histórico brasileiro. Portanto, este estudo utiliza como método a pesquisa bibliográfica com revisão da literatura relevante para fundamentar a proposta apresentada e contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de violência e resistência no contexto da escravidão no Brasil.

Palavras-chave: Escravidão; Maria Firmina dos Reis; mulher negra; violência.

“A ESCRAVA” (1887) BY MARIA FIRMINA DOS REIS: THE VIOLENCE FACED BY BLACK WOMEN DURING SLAVERY AND ITS ECHOES TODAY

ABSTRACT: Maria Firmina dos Reis (1825-1917) was the first black writer to produce abolitionist literature in Brazil and fought for racial and gender equality. The main aim of this work is to explore how this author portrays the various forms of violence faced by black women during the period of slavery in 19th century Brazil, through her short story "A escrava" (1887). We seek to demonstrate that violence was not only rooted in the institutional structure of society at the time, but also persists today in forms such as racism and sexism. To do this, we base our analysis on the studies of Lélia Gonzalez (2020), Lilia Schwarcz (2019) and Eduardo Duarte (2018), who explore the experiences of violence faced by enslaved women and their current implications. In addition, we highlight Firmina dos Reis' innovative approach in adopting a perspective of alterity, giving voice to enslaved subjects so that they can narrate their traumatic memories of this historical period in Brazil. Therefore, this study uses bibliographical research as its method, with a review of relevant literature to support the proposal

¹ Doutoranda em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestra em Letras: Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Trabalho realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

presented and contribute to a deeper understanding of the dynamics of violence and resistance in the context of slavery in Brazil.

Keywords: Slavery; Maria Firmina dos Reis; black women; violence.

Introdução

O presente artigo justifica-se pelo fato de a análise proposta do conto “A escrava” (1887), de Maria Firmina dos Reis, mostrar-se relevante ao explorar como as opressões contra negras escravizadas estavam enraizadas no sistema escravista, reverberando ainda no presente. Ademais, contribui para a fortuna crítica da autora, além de promover uma reflexão de como o racismo e o sexismo permanecem nas estruturas sociais e culturais. O objetivo principal é explorar como a referida autora retrata as diversas formas de violência enfrentadas pela mulher negra durante o período da escravidão no Brasil do século XIX, a partir de seu texto literário. Busca-se também demonstrar que a violência não apenas estava enraizada na estrutura institucional da sociedade da época, mas também persiste na contemporaneidade sob formas como o racismo e o sexismo. Para isso, nossa análise fundamenta-se, principalmente, nos estudos de Lélia Gonzalez (2020), bell hooks (2019), Lilia Schwarcz (2019) e Eduardo Duarte (2018), que exploram as experiências de violência enfrentadas pelas mulheres escravizadas e suas implicações atuais. Além disso, destaca-se a abordagem inovadora de Firmina dos Reis ao adotar uma perspectiva de alteridade, dando voz aos sujeitos escravizados para que possam narrar suas memórias traumáticas desse período histórico brasileiro. Portanto, este estudo utiliza como método a pesquisa bibliográfica com revisão da literatura relevante para fundamentar a proposta apresentada e contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas de violência e resistência no contexto da escravidão no Brasil. O trabalho é dividido em introdução, com enfoque no conto, na abordagem da autora e nas violências, seguido por um breve estudo da mulher negra relacionada com o escravismo. Posteriormente, realiza a análise do texto literário na perspectiva proposta das múltiplas violências sofridas pelas mulheres negras da escravidão à contemporaneidade e, por fim, tece conclusões.

O conto em estudo é estruturado em duas narrativas. A primeira apresenta uma senhora abolicionista que testemunhou a fuga de Joana, uma escravizada em situação de desespero. A segunda narrativa é centrada na trajetória de vida de Joana, marcada por violências e separações abruptas, que a levam à loucura. Seu filho Gabriel, na tentativa de ajudá-la, foge e a encontra na iminência da morte. A senhora abolicionista, então, enfrenta os opressores (feitor e senhor escravocrata), garantindo a liberdade de Gabriel e simbolizando a resistência. Maria Firmina dos Reis cria, dessa maneira, uma narrativa de denúncia e empatia, destacando as violentas experiências da mulher negra escravizada e o legado da escravidão.

O conto “A escrava”, de Maria Firmina dos Reis, foi originalmente publicado no terceiro número da *Revista Maranhense* em novembro de 1887, meses antes da assinatura da Lei Áurea. A autora foi a primeira ficcionista a inserir a temática da escravidão dos negros no Brasil em um romance, conforme expõe Nascimento Morais Filho (1975), um dos biógrafos de

Firmina. A escritora afrodescendente viveu em um Brasil patriarcal e escravista com um histórico de violências tanto de gênero quanto de raça. A teórica feminista bell hooks² (2019) pensa o patriarcado como “sexismo institucionalizado” e tão forte quanto o racismo como opressão na vida de mulheres negras. No contexto da escravidão norte-americana, a estudiosa avalia o impacto do sexismo na vida da mulher negra escravizada e ressalta que ele é mais do que um conjunto de atitudes individuais, ou seja, é um sistema de opressão enraizado nas estruturas da sociedade. Ele permeia todas as instituições que reforçam, normalizam e perpetuam a desigualdade entre homens e mulheres de forma sistemática. O impacto dele na vida de mulheres negras escravizadas é ainda mais profundo devido à intersecção do sexismo, do racismo e da opressão de classe, aqui considerada a situação de escravizada, uma vez que é assim que a sociedade da época a categorizava. Isso posto, hooks faz uma profunda avaliação da desvalorização das mulheres negras, evoluindo da negra escravizada à mulher negra livre e demonstrando que as violências institucionalizadas no período escravista perduraram após a abolição no imaginário da sociedade, caracterizando, portanto, um método calculado de controle social.

Segundo o pesquisador Jaime Ginzburg (2017), a violência é constitutiva da sociedade brasileira — ela é estrutural — ou seja, ela ocupa um lugar central porque encontra condições no campo político, além do fato de o Estado manter instituições funcionando de acordo com princípios autoritários e de modo que “[...] na vida cotidiana, as interações sociais reforcem esses princípios constantemente, como se o autoritarismo fosse benéfico à ordem social” (Ginzburg, 2017, p. 221). Ademais, o crítico aborda a chamada “política do esquecimento” que consiste em um processo de silenciamento intelectual de vozes e traumas no cânone literário brasileiro:

A tradição patriarcal e escravista foi responsável, em sua violência estrutural, pelo estabelecimento de dificuldades para mulheres, negros e pobres receberem condições concretas para a produção literária, incluindo acesso à escolarização, respeitabilidade e reconhecimento dentro de políticas editoriais (Ginzburg, 2017, p. 197).

Contrariando esse preceito, Maria Firmina dos Reis, mulher afrodescendente, obtém acesso educacional e publica seus escritos na imprensa maranhense como forma de denúncia e resistência com o pseudônimo de “uma maranhense” e M.F.R., fato que expõe a sociedade racista de sua época. A autora só obteve reconhecimento após as pesquisas de José Nascimento Morais Filho em 1975.

Maria Firmina foi pioneira na abordagem da escravidão, partindo da perspectiva do “Outro” (o escravizado), dando voz narrativa ao sujeito negro, além de inovar no que se refere

² A escritora, teórica feminista e ativista bell hooks (nascida Gloria Jean Watkins) utiliza seu pseudônimo em minúsculas como uma escolha simbólica. Tal prática representa seus valores e seu posicionamento acerca de identidade e autoria, de modo que deseja que a atenção se volte para as ideias e conteúdo de seu trabalho, não para a sua figura pessoal, rompendo com as convenções linguísticas e acadêmicas. O presente trabalho mantém a postura da estudiosa.

a escrita de autoria feminina e os dramas vividos por uma mulher escravizada. Segundo a teórica literária e crítica feminista indiana Gayatri Spivak (2010), o subalterno não pode falar por si, não tem o direito de reivindicar nada para si. Dessa maneira, a teórica indiana discute a capacidade das vozes subalternas, ou seja, daqueles marginalizados pela sociedade colonial, de serem ouvidas e representadas. Ademais, argumenta que essas vozes são frequentemente silenciadas ou distorcidas pelos discursos dominantes, o que coaduna com o grotesco do sistema escravocrata o qual Firmina não deixou cair no esquecimento. Com extrema coragem, a autora expôs simultaneamente as chagas da escravidão e a submissão feminina na sociedade patriarcal brasileira de sua época, principalmente com seu romance *Úrsula* (1859) e com o conto “A escrava” (1887).

A autora, que viveu em pleno século XIX sob o advento do Romantismo, possuía personalidade forte e posicionamento abolicionista contribuindo para a memória coletiva, uma vez que se negava a mascarar a barbárie da escravidão. Conforme o pesquisador e estudioso da literatura afro-brasileira Eduardo Duarte (2018a, p. 229), a autora “[...] faz uso da dicção romântica hegemônica em seu tempo para encenar os dramas da subalternidade. E o faz apropriando-se do discurso cristão a fim de demarcar a violência patriarcal como pecaminosa”. Dessa forma, a escritora apropria-se do discurso dominante — cristão e romântico — a fim de despertar piedade nos seus leitores a partir do tratamento humanizado aplicado aos escravizados de sua ficção. O *modus operandi* da autora consiste, portanto, em contrapor o terror escravagista — explicitado pela violência — à piedade humana com o intuito de provocar empatia no leitor. Para isso, ela humaniza e atribui valores morais às personagens negras de modo a despertar também uma possível simpatia pelo abolicionismo.

A escravidão foi um dos períodos mais violentos da história do Brasil, marcada pela exploração e opressão de milhares de negros advindos da África. No século XIX, o escravizado era visto apenas como mercadoria, como um objeto. O historiador e cientista político brasileiro Luiz Felipe de Alencastro (2000) aborda duas formas principais de violência sofrida pelos negros durante o período escravocrata, que são cruciais para a compreensão do impacto profundo da escravidão na vida dos africanos. A primeira é o processo de dessocialização, que refere-se à retirada abrupta dos negros africanos de seu ambiente social, cultural e geográfico original. Este processo envolveu várias etapas de violência e trauma, incluindo raptos ou transações comerciais corruptas, viagem transatlântica em condições desumanas, além do processo de venda, ou seja, esse processo não apenas arrancava os indivíduos de suas nações e laços familiares, mas também visava apagar suas línguas, culturas e religiões, em um esforço para quebrar qualquer forma de resistência e facilitar a dominação. A segunda forma trata-se da despersonalização, que converteu-os em propriedade privada e envolveu formas de violência e desumanização tais como destruição da identidade, trabalhos forçados e castigos, além da negação de sua humanidade. A partir dessa complexidade do legado da escravidão, percebe-se a importância de reconhecer e enfrentar essas histórias de violência a fim de que a construção de uma sociedade mais justa e igualitária possa ser possível.

A violência física foi utilizada largamente durante a escravidão de forma mais explícita, mas há também a presença de violência psicológica, como veremos em nossa análise do conto

firminiano. Segundo o crítico literário Roberto Schwarz (2012, p. 14), a produção escravista era “[...] fundada na violência e na disciplina militar” e “dependia da autoridade, mais que da eficácia”. Desse modo, há uma relação direta entre autoritarismo e violência, o que caracterizou o terrível regime vigente à época em que se passa a narrativa. O pesquisador Ginzburg (2017), em seu estudo, aborda a violência no aspecto físico do termo e reflete sobre pontos importantes acerca da representação ficcional da violência na literatura brasileira: as relações históricas de dominação, a normalização da violência por regimes autoritários, o dever do intelectual em produzir “memória da violência” de forma a desnaturalizá-la e demonstrar um posicionamento próprio quanto à representação. Segundo o crítico, há um antagonismo na forma de representação da violência na literatura, ou seja, há duas forças conflitivas nessa representação: “[...] uma capaz de agredir, e outra, que não está de acordo com isso” (Ginzburg, 2017, p. 225). Dessa forma, o agressor é representado pelo senhor escravocrata e pelo feitor (no conto é o senhor Tavares e Antônio, respectivamente) enquanto que o desacordo com a violência é representado pelos abolicionistas (a senhora do conto em análise). Ainda de acordo com o crítico, “[...] a violência tem um papel fundamental para a literatura brasileira” (Ginzburg, 2017, p. 224) e, ao considerarmos que Firmina escreve impactada pelo terror escravagista, concordamos com Ginzburg ao afirmar que:

Uma percepção crítica de nosso passado histórico permite perceber que a violência não tem na vida brasileira apenas um lugar casual, ou incidental; ela tem uma função propriamente constitutiva: ela define condições de relacionamento público e privado, organiza instituições e estabelece papéis sociais (Ginzburg, 2017, p. 221).

O estudo das violências aplicadas às mulheres negras escravizadas, portanto, mostra-se relevante e urgente de ser debatido de modo a promover ampla conscientização na sociedade acerca das heranças históricas de opressão e as persistentes desigualdades de gênero, raça e classe, incentivando a reflexão sobre o impacto desses processos no presente.

1. Mulheres negras e o escravismo

Maria Firmina retratou a escravidão e as violências sofridas pelos negros. As mulheres negras, em especial, foram profundamente afetadas pela brutalidade da violência sexual perpetrada pelos senhores de escravizados, que as viam não apenas como seres humanos subjugados, mas também como propriedade a ser explorada, objetos de desejo cuja submissão servia como uma demonstração máxima de poder e controle. Um exemplo dessa brutalidade e subjugação é a escravizada Joana, que engravidou duas vezes e, provavelmente, por meio de violência sexual, uma vez que esse era o *modus operandi* da maioria dos senhores escravocratas do período. A antropóloga brasileira, conhecida por suas contribuições significativas aos estudos de gênero, religião e cultura no Brasil, Sonia Maria Giacomini confirma essa visão acerca da mulher negra escravizada ao afirmar que:

A negra é “coisa”, pau pra toda obra, objeto de compra e venda em razão de sua condição de escrava. Mas é objeto sexual, ama de leite, saco de pancadas das sinhazinhas, porque, *além de escrava, é mulher*. Evidentemente, esta maneira de viver a chamada “condição feminina” não se dá fora da condição de classe... e mesmo de cor (Giacomini, 1988, p. 87-88, grifo nosso).

Na sociedade escravista, racista e patriarcal brasileira, à mulher negra escravizada cabia somente o *status* de propriedade, sempre disponível para senhoras e senhores brancos. Destinadas à realização de trabalhos pesados, cuidados domésticos, funções maternas e sexuais, não obtinham o reconhecimento da sua própria humanidade. Ao contrário, eram consideradas selvagens e brutas. Múltiplas opressões, portanto, são aplicadas a ela de forma entrelaçada e complexa, cruzando raça (negra), classe (escravizada) e gênero (mulher), evidenciando a vulnerabilidade da mulher negra escravizada. A escravidão, implacavelmente, não considerava as especificidades dos escravizados como idade e sexo, por exemplo. Ela submetia todos, incluindo as mulheres, a tarefas exaustivas e condições precárias de trabalho, que muitas vezes resultavam em alimentação inadequada, entre outros desafios. Na visão da teórica feminista e ativista americana bell hooks (2019, p. 45), esse “[...] tratamento brutal de mulheres negras escravizadas por homens brancos expôs a intensidade do ódio de homem à mulher e ao corpo da mulher”. Além desse ódio imposto a elas, também sofreram com violência psicológica, uma vez que viviam constantemente aterrorizadas. Um exemplo é a retirada abrupta de seus filhos do seu convívio para serem vendidos no comércio escravagista, assim como ocorre com a escravizada Joana do conto firminiano em questão.

As personagens femininas negras frequentemente foram retratadas pela literatura nacional de forma a ocupar um papel estereotipado ou secundário. Em *O cortiço* (1890), do também maranhense Aluísio Azevedo (2009, p. 48), Rita Baiana é descrita como uma mulata sensual, sedutora, demoníaca e dona de um requebrado: “Rita; só ela, só aquele demônio, tinha o mágico segredo daqueles movimentos de cobra amaldiçoada; aqueles requebros que não podiam ser sem o cheiro que a mulata soltava de si e sem aquela voz doce, quebrada, harmoniosa, arrogante, meiga e suplicante”. Eis o estereótipo da mulher miscigenada. Lélia Gonzalez (2020), intelectual que desempenhou um papel fundamental no movimento negro e feminista no Brasil, enquadra a mulata brasileira em uma categoria própria de objeto sexual, sofrendo violência simbólica e ainda esclarece a origem do termo preconceituoso: “[...] a palavra ‘mulata’ vem de *mula* — *animal híbrido*, produto do acasalamento de um jumento (macho ou fêmea) e um cavalo ou égua” (Gonzalez, 2020, p. 165). A partir dessa premissa advém a ideia de que o ato sexual entre o homem branco e a mulher negra não é normal, mas fruto de um ato animalesco. Gonzalez (2020, p. 165) também esclarece que ao se analisar “[...] a presença da mulata na literatura brasileira e na música popular, sua aparência física, suas qualidades eróticas e exóticas é que são exaltadas”. Dessa forma, a mulata brasileira não é reconhecida como ser humano, porém como mercadoria a ser comercializada, semelhante às mulheres negras do período da escravidão.

Por sua vez, Frantz Fanon — intelectual reconhecido por suas contribuições significativas para o entendimento das dinâmicas coloniais e pós-coloniais, bem como para a

teoria crítica da raça, colonialismo e descolonização — destaca a imagem criada do negro, associada ao mal, que enraizou-se na sociedade: o “[...] carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro — tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral” (Fanon, 2008, p. 160). Sendo assim, cunha-se desde à época colonial uma imagem negativa e inferiorizada do negro na sociedade brasileira, a partir da ideologia da inferioridade racial³. Nesse contexto, acrescenta Eduardo Duarte (2018b, p. 74): “De Gregório de Matos a Guimarães Rosa, a literatura brasileira sempre trouxe à baila figura da mulher afrodescendente *sexy* e disponível ao homem branco. [...] E o fez de modo sutilmente dissimulado, pois, sobretudo nas ‘mulatas’, o sexo nunca leva à procriação”. Dessa maneira, a literatura corrobora o imaginário popular de que negras e mulatas são seres sexualizados e inferiores.

Simone de Beauvoir, escritora e feminista francesa, embora embase toda a sua argumentação considerando apenas as mulheres brancas, ainda mostra-se relevante ao demonstrar a superioridade do masculino sobre o feminino na sociedade e a conseqüente inferiorização desse feminino ao argumentar que a mulher é moldada por construções sociais e culturais que a colocam em uma posição de inferioridade em relação ao homem, de modo que “[...] a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo” (Beauvoir, 2009, p. 15). Essa forma de enxergar a mulher, análoga à existência do homem e dependente dele, é um fator de inferiorização, base do patriarcalismo vigente no Brasil oitocentista. Esse patriarcado brasileiro também desconsiderava a mulher racializada, não permitia nem mesmo que ela pertencesse ao gênero feminino, uma vez que era considerada como mera mercadoria ou mesmo como uma anomalia. Ademais, quando se trata da mulher negra, tal tratamento é acentuado ainda mais devido ao passado colonial de escravidão e violências. Por seu turno, Gonzalez (2020, p. 58) adverte e chama a atenção para o fato de que ser mulher e negra no Brasil atual “[...] é ser objeto de tripla discriminação [raça, gênero e classe], uma vez que estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão”. Nesse sentido, esclarece ainda que ela se volta para trabalhos domésticos, o que reforça seu *status* de subalterna e inferior, ou seja, a escravidão deixou marcas profundas que perduram ainda na contemporaneidade.

Na visão da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz (2019, p. 29), um “[...] sistema como esse [colonial escravista] só poderia originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país”. Além disso, bell hooks (2019, p. 59) argumenta que “enquanto o racismo claramente foi o mal que decretou que pessoas negras seriam escravizadas, o sexismo foi o que determinou que o destino da mulher negra seria mais pesado, mais brutal do que o do homem negro escravizado”. A mulher negra escravizada foi uma das principais vítimas do regime escravocrata, que não apenas a privou de liberdade, mas também a subjugou a condições

³ Lilia Schwarcz, em sua tese *O espetáculo das raças* (1993), evidencia que as noções de superioridade racial de brancos e o estigma do pessimismo quanto ao destino de uma nação mestiça foram disseminadas na sociedade brasileira a partir das teorias raciais deterministas e evolutivas dando origem ao racismo, além de colocar em xeque o país da “democracia racial”, conforme termo cunhado pelo antropólogo Artur Ramos e divulgado por Gilberto Freyre.

desumanas e violentas. Esse sistema deixou um legado profundo de desigualdade estrutural que perdura até os dias atuais, como bem observou Cida Bento (2022) em *O pacto da Branquitude*, refletindo-se nos inúmeros privilégios ainda inscritos na subjetividade do coletivo brasileiro. Mesmo hoje, após o fim da escravidão, a mulher negra continua a enfrentar lutas diárias em busca da igualdade de tratamento, enfrentando obstáculos que permeiam desde o acesso a oportunidades educacionais e profissionais até a luta contra estereótipos e preconceitos arraigados na sociedade.

As obras de Maria Firmina funcionam como um importante registro histórico-literário que valorizam a identidade das mulheres negras, resgatam memórias, denunciam traumas e as inserem nas páginas da literatura nacional. As escravizadas são retratadas de forma positiva, humanizada, solidária, contrapondo com a forma como as mulheres negras foram retratadas em outros textos literários. A autora procurou desnaturalizar a imagem estereotipada da mulher negra (escravizada, mucama/empregada doméstica e hipersexualizada). Assim, suas obras funcionam como instrumento de reflexão sobre a forma como as mulheres negras sempre foram representadas na literatura brasileira, ao mesmo tempo em que ajuda a entender os desafios enfrentados por elas na atualidade. A escritora acrescentou valor à produção literária e cultural brasileira, quebrando paradigmas e fortalecendo a representação da mulher negra como ser humano, em sua dimensão completa e verdadeira.

2. “A escrava” (1887) e as violências contra mulheres negras

Maria Firmina tece no conto a trajetória, marcada por sofrimento e resistência, da escravizada Joana que perde a sanidade após a venda de seus filhos gêmeos, o que a leva a constantes fugas e à perseguição brutal do feitor. A escravizada também teve sua liberdade frustrada ao receber uma carta de alforria fraudada pelo proprietário após o pagamento devido, fato que levou sua mãe à morte. Joana foge e seu filho Gabriel também foge para protegê-la. Com o apoio de uma senhora abolicionista, ela consegue rever o filho antes de morrer, e Gabriel, por fim, conquista sua liberdade. O conto inicia-se pondo em cena um salão onde estavam reunidas “[...] muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade” (Reis, 2022, p. 199) que conversavam até que o assunto recaí sobre o “elemento servil” (Reis, 2022, p. 199). Já de princípio observamos tratar-se de um diálogo entre pessoas brancas, pertencentes a uma classe mais elevada da sociedade oitocentista e o elemento servil supramencionado refere-se aos negros escravizados. Com o advento de opiniões divergentes, principia-se a discussão e “[...] uma senhora de sentimentos sinceramente abolicionistas” (Reis, 2022, p. 199) demonstrando indignação com a exposição de sentimentos escravocratas no século XIX, a partir de um discurso religioso e moral, afirma seu posicionamento contrário à escravidão elencando vários motivos para tal postura:

[...] a escravidão, ela é, e será sempre um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio e a lavoura caminham de mãos dadas, e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; o seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o

opróbrio, a vergonha; porque de fonte ativa e desassombrada não podemos encarar as nações livres (Reis, 2022, p. 200).

A senhora, narradora do conto, não é nomeada mesmo com sua voz abolicionista ecoando na narrativa. Ela afirma com convicção: “O escravo é olhado por todos como vítima — e o é” (Reis, 2022, p. 200). Logo após há o início de uma segunda narrativa, corroborando a primeira tese de Piglia (2004, p. 89) sobre esse gênero: “[...] um conto sempre conta duas histórias”. A narradora, então, abre essa segunda história dizendo que bastava uma narrativa como prova de suas afirmações acerca do algoz (senhor de escravizados) e da vítima (escravizados). Vale ressaltar que o ambiente dessa primeira narrativa não é retomado pela autora ao final do conto, de maneira que podemos supor que a trágica história de vida da escravizada Joana possa deixar desnorteados e sem fala todos aqueles homens e mulheres que ouviam atentamente a narrativa da senhora abolicionista. Assim, Firmina evidencia tanto o impactante regime vigente quanto as atitudes da branquitude em relação a ele. Grande parte da população brasileira ficava mesmo inerte frente aos horrores promovidos pela escravidão, afinal, é difícil renunciar a privilégios quando os tem, conforme evidenciou Cida Bento (2022).

Surge, então, a escravizada com “gritos lastimosos”, “soluções angustiados”, correndo “em completo desalinho” (Reis, 2022, p. 200-201) até desaparecer atrás de uma moita colando-se ao chão. Ela estava “espavorida e trêmula” (Reis, 2022, p. 201), o que demonstra o desespero e o medo da personagem. Um homem com “fisionomia sinistra” desponta e, agitando brutalmente um açoite e uma corda, bradava: “Inferno! Maldição!”, “Tu me pagarás”. (Reis, 2022, p. 201). Ele pergunta se a senhora não viu uma negra fugida que, em sua concepção, era uma “negra que se finge doida” (Reis, 2022, p. 201-202). Aqui é apresentado o algoz, o feitor, um homem bruto e violento que desqualifica a escravizada. Para ele, o único sofrimento era o próprio de ter que “[...] correr atrás dela por essas brenhas” (Reis, 2022, p. 202). Suas palavras de raiva eram: “— Maldita negra! Esbaforido, consumido, a meter-me por estes caminhos, pelos matos em procura da preguiçosa... Ora! Hei de encontrar-te; mas, deixa estar, eu te juro, será esta a derradeira vez que me incomodas. No tronco... no tronco: e de lá foge!” (Reis, 2022, p. 202). A violência física aparece na forma do tronco, local em que eram amarrados os negros para serem açoitados. A tortura objetivava tanto a desumanização quanto a repressão de qualquer resquício de consciência libertadora, de modo a internalizar no escravizado sua nova condição de propriedade privada de um senhor, ou seja, era um impiedoso mecanismo de controle. Outras violências perceptíveis nessa passagem são a desumanização da negra e sua desqualificação moral, ambas amparadas social e institucionalmente pelo regime escravista e patriarcal do período. Tal regime evidenciava dois dos grandes problemas enfrentados pelas mulheres negras que ainda perduram na sociedade brasileira: racismo e sexismo. De acordo com a perspectiva de bell hooks, “[...] sexismo e racismo, intensificaram e aumentaram os sofrimentos das mulheres negras e a opressão contra elas” (hooks, 2019, p. 37), e de fato a escravizada em questão é prova disso.

Joana é qualificada pela senhora como “desgraçada” e “desditosa”, demonstrando como sua condição de escravizada impactava sua vida. Ela questiona o feitor acerca das fugas a que

ele se referira. Ele, por sua vez, confirma a frequência delas e volta a afirmar que a escravizada era “doída fingida” e que essa fuga teria um elevado custo a ela. A senhora o ludibria e, aliviada, convence-o a ir embora. Eis que aparece um negro, “ofegante, trêmulo e desvairado” (Reis, 2022, p. 203). A senhora, mesmo compadecida da causa abolicionista, confessa: “Tive medo” (Reis, 2022, p. 203). Ora, percebe-se que o negro inspirava terror nas pessoas. Fosse um branco causaria medo? Provavelmente, não. A chegada do feitor nas mesmas condições e com um chicote em punho, não gerou medo. Esse estigma também se caracteriza por uma forma de violência sofrida pela pessoa negra. Contudo, passado o medo, ficou o sentimento de consideração, de interesse. O escravizado era um “infeliz”, estava “seminu” e repleto de cicatrizes, mas de feição “franca” e “agradável”. Essa contraposição de termos para caracterizar o escravizado é interessante se considerarmos a intenção da autora em humanizar e dotar os escravizados de bons sentimentos, logo capaz de atitudes humanas. Na sequência, segue a descrição: ele possuía os “[...] membros alquebrados de cansaço, seus olhos rasgados, ora lânguidos pela comoção de angústia que se lhe pintava na fronte, ora deferindo luz errante, e trêmula, agitada, e incerta, traduzindo a excitação, e o terror, tinham um quê de altamente interessante” (Reis, 2022, p. 204). Percebemos novamente a intenção de conferir ao negro sensações antes tidas como exclusivas dos brancos: “No fundo do coração daquele pobre rapaz, devia haver rasgos de amor, e generosidade” (Reis, 2022, p. 204), ou seja, o escravizado possui coração, logo é possível que tenha sentimentos. A narradora se aproxima e descobre que o “calhambola”⁴ era filho da fugitiva e que seria castigado por se tornar também fugitivo ao sair para procurar sua mãe na tentativa de ajudá-la.

— Amanhã, — continuou ele [Gabriel], — hei de ser castigado; porque saí do serviço, antes das seis horas, *hei de ter trezentos açoites*; mas minha mãe morrerá se ele a encontrar. Estava no serviço, coitada! Minha mãe caiu, desfalecida; *o feitor lhe impôs que trabalhasse, dando-lhe açoites*; ela deitou a correr gritando (Reis, 2022, p. 205, grifos nossos).

Novamente, a violência física é manifestada de maneira brutal através dos açoites infligidos aos escravizados, tanto a Gabriel quanto à sua mãe, Joana. É significativo destacar que foram aplicados trezentos açoites. Essa hipérbole não só ultrapassa qualquer limite de disciplinação, mas também simboliza uma crueldade deliberada e um profundo desrespeito pela vida negra. Os trezentos açoites não são apenas um ato de violência física extrema, mas também um símbolo da brutalidade sistemática e da desumanização imposta aos indivíduos escravizados. Ginzburg (2017, p. 221) afirma: “A história brasileira é intensamente caracterizada pela presença de violência em processos sociais” e, nesse caso, há o cotidiano escravocrata que impunha penalizações àqueles que desobedecessem. Mãe e filho escravizados estavam fadados à violência do regime vigente. Destacamos que, no caso da escravizada, era possível até que falecesse com os castigos brutais.

⁴ Termo utilizado durante a escravidão brasileira que equivale a escravizado fugitivo, quilombola.

A senhora mostra o paradeiro de Joana ao filho que exclama: “— ah! Minha senhora! Minha mãe morreu!” (Reis, 2022, p. 205). Ela havia tido um “[...] ataque espasmódico. Estava hirta e parecia prestes a exalar o derradeiro suspiro” (Reis, 2022, p. 206). Nesse momento, novamente, fica evidente a caracterização humana do escravizado ao afirmar: “Volte eu embora à fazenda, seja castigado com rigor; mas não quero, não posso ver minha mãe morrer aqui, sem socorro algum” (Reis, 2022, p. 206). A senhora oferece generosamente abrigo seguro e apoio a ambos em sua casa, garantindo-lhes proteção e solidariedade durante uma circunstância tão adversa.

Joana recobre os sentidos, reconhece Gabriel enquanto a senhora — membro da sociedade abolicionista daquela província e do Rio de Janeiro — providencia a segurança de mãe e filho. A escravizada chama por Carlos e Urbano (seus filhos gêmeos vendidos aos oito anos para um traficante de escravizados). A perda dos gêmeos desencadeara sua loucura e a mergulhara na melancolia. Joana, então, enuncia: “— Não sabe, minha senhora, eu morro, sem ver mais meus filhos! Meu senhor os vendeu... eram tão pequenos... eram gêmeos. Carlos, Urbano...” (Reis, 2022, p. 208). A violência psicológica se instaura no conto a partir da separação abrupta e cruel de seus filhos ainda pequenos, gerando grande trauma e impactando sua saúde mental e emocional, ou seja, novamente a violência do regime imprimindo na escravizada marcas devastadoras e indeléveis.

A escravidão não apenas apartou brancos e negros, mas também consolidou uma divisão profunda e duradoura na sociedade, estabelecendo uma hierarquia racial rígida que colocou os brancos em uma posição de poder e privilégio, enquanto relegava os negros a uma condição de subjugação e marginalização. Esse sistema desumano de exploração não só criou dois lados distintos, mas também enraizou preconceitos e estereótipos que perpetuaram a desigualdade racial, tanto que Joana questiona a narradora: “Quem é vossemecê, minha senhora, que tão boa é para mim, e para meu filho? Nunca encontrei em vida um branco que se compadecesse de mim” (Reis, 2022, p. 209). A separação da sociedade em dois grupos muito distintos e a extrema violência a que era submetida fizeram com que a escravizada acreditasse ser impossível um branco se apiedar de um negro.

Joana conta para a senhora que o senhor Tavares é o responsável por sua desgraça e inicia um relato emocionante em primeira pessoa. Ela, então, narra que era filha de mãe escravizada africana, pai índio livre, ambos casados. Seu pai juntou economias e pagou pela sua liberdade aos cinco anos, logo, começou a viver com “alguma liberdade” e começou a aprender a ler com um escravizado mulato. O fato de serem analfabetos, fez com que recebessem uma falsa carta de alforria, descoberta sem valor somente após a morte do pai, dois anos depois. Já no dia seguinte da morte de seu pai, o senhor ordenou à sua mãe: “— Joana que vá para o serviço, tem já sete anos, e eu não admito escrava vadia” (Reis, 2022, p. 210). Com isso, a mãe “[...] deu um grito e caiu estrebuchando. Sobreveio-lhe febre ardente, delírios, e três dias depois estava com Deus” (Reis, 2022, p. 211). A violência é recorrente: Joana tem sua liberdade duplamente furtada; já sua mãe, pelo revés significativo, não resiste; enquanto seu pai, mesmo livre, se consumiu a trabalhar para o senhor a fim de ajudar sua esposa.

A carta de alforria é um documento histórico importante que ilustra tanto a crueldade e desumanidade da escravidão quanto as lutas e aspirações dos indivíduos escravizados por liberdade e justiça. Por um lado, representava um passo em direção à emancipação e à autonomia para o indivíduo escravizado. Por outro lado, muitas vezes não garantia direitos plenos e iguais, já que os ex-escravizados frequentemente enfrentavam grande discriminação social e econômica após a libertação. No tocante a ela, Grenouilleau — historiador francês, especializado na história do tráfico transatlântico de escravizados e das abolições — destaca: “[...] era muito raro que a alforria fosse totalmente desinteressada e o rompimento com o escravizado fosse completo. O alforriado podia de fato comprar sua liberdade com um pecúlio lentamente acumulado” (Grenouilleau, 2009, p. 133). Dessa maneira, observa-se que, apesar de comprada a liberdade, Joana e sua família permaneceram sob o domínio do senhor, considerado idôneo por ser homem branco e letrado. Ademais, Joana só consegue se alfabetizar, precariamente, após seu pai pagar por sua liberdade. Ressaltamos outra forma de violência sofrida pela escravizada: ausência de direitos, no caso, direito à educação. Dessa maneira, as palavras de Lilia Schwarcz são precisas e sintetizam bem como as violências foram constantes: “[...] em lugar de idílio, escravizados conheceram por aqui toda a forma de violência” (Schwarcz, 2019, p. 23). É fundamental desmistificar essa noção arraigada no imaginário nacional de que a escravidão no Brasil foi de alguma forma tranquila ou pacífica. Ao contrário, foi um regime brutal e opressivo, onde homens, mulheres e crianças negras foram submetidos a condições desumanas, trabalhos exaustivos e punições severas. A violência física e psicológica era endêmica, desde os castigos físicos até a exploração sexual e a separação brutal de famílias, como retratado por Firmina no conto em estudo. A ideia de um “idílio” é não apenas falsa, mas também perigosa, pois obscurece a verdadeira natureza desumana e degradante da escravidão no Brasil, que deixou um legado profundo de desigualdade e injustiça que ainda reverbera na sociedade contemporânea.

Joana, em seu último suspiro, pede para a senhora: “— apadrinhe Gabriel, meu filho, ou esconda-o no fundo da terra” (Reis, 2022, p. 211). Em outros termos, tomada pelo desespero e completamente vulnerável, suplica ou por proteção ou pela morte de seu filho, de modo que ele fique longe do feitor e dos castigos, em uma atitude de resistência à condição de escravizado que ele se encontrava. Antes de falecer, Joana ainda consegue lembrar a retirada violenta de seus gêmeos imposta pelo seu dono:

Senti palpitar desordenadamente meu coração; lembrei-me do traficante... corri para meus filhos, que dormiam, apertei-os ao coração. Então senti um zumbido nos ouvidos, fugiu-me a luz dos olhos e creio que perdi os sentidos. [...] acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe! [...]

— Por Deus, por Deus, gritei eu tornando a mim, por Deus, levem-me com meus filhos! (Reis, 2022, p. 212).

Firmina, portanto, não apenas se recusa a silenciar as dolorosas memórias da violência escravocrata, mas também as amplifica através da voz da própria vítima, garantindo que ressoem de forma impactante.

Aparece o feitor. A senhora o enfrenta e não o deixa levar Gabriel. No dia seguinte, o senhor Tavares vai até lá para buscar o escravizado, que deseja morrer ao lado do cadáver da mãe. Mais uma vez a violência psicológica se instaura, agora com Gabriel, já desorientado, uma vez que ele passa por um grande medo de ser levado, além de ter que ouvir as insensíveis e dolorosas palavras de indiferença do senhor Tavares em relação a sua mãe, que estava morta na sua frente: “Esta negra, continuou, olhando fixamente para o cadáver — esta negra era alguma coisa de monomaníaca, de tudo tinha medo, andava sempre foragida, nisso consumiu a existência. Morreu, não lamento esta perda; já para nada prestava” (Reis, 2022, p. 215). Ao desejar morrer ao lado do cadáver da mãe, Gabriel expressa uma conexão emocional e um vínculo humano essencial que foram rompidos de maneira abrupta e traumática, evidenciando violência psicológica caracterizada pelo seu sofrimento emocional profundo. A senhora, portanto, apresenta uns papéis e, mediante pagamento, exige a liberdade do escravizado. Ao senhor Tavares, restou sair furioso em seu “fogosito alazão” (Reis, 2022, p.216).

Para Fanon (2008), a violência colonial é ausência de direitos, processo discursivo de negação da humanidade do colonizado. Existe uma configuração colonialista que não se extingue com a questão colonial, política, pois a colonialidade persiste na forma do racismo, que é estrutural (do ponto de vista econômico, político, cultural), ou seja, não somente a dimensão da discriminação individual. O racismo que já se evidencia aqui torna-se uma reminiscência colonial em tempos atuais. Ademais, Lélia Gonzalez destaca que “[...] tanto o sexismo quanto o racismo partem de *diferenças biológicas* para se estabelecerem como ideologias de dominação” (Gonzalez, 2020, p. 141), ou seja, tanto o sexismo quanto o racismo são construídos com base em diferenças biológicas percebidas, que são então utilizadas para fundamentar e justificar sistemas de dominação. Isso significa que ideologias que sustentam a inferiorização e a opressão de grupos específicos, se baseiam em argumentos falsos ou distorcidos sobre características biológicas, como raça e gênero. Além do mais, vale ressaltar que os estereótipos gerados por essa ideologia racista e sexista colocam a mulher negra em um elevado nível de opressão, uma vez que ela é vista hoje como mulata e doméstica, sendo, dessa forma, sexualizada e inferiorizada.

No plano social, após o término da escravidão oficial por meio da Lei Áurea, os negros foram deixados à margem da sociedade, enfrentando condições de miséria, desamparo e desemprego. Eles acabaram se concentrando nas áreas periféricas, onde frequentemente enfrentaram carências básicas de saneamento e acesso à educação. O Estado, por sua vez, falhou em implementar medidas eficazes para integrar essa recém-libertada população negra. Como resultado, os ex-escravizados não foram devidamente acolhidos nem incluídos na sociedade brasileira, privando-os do pleno exercício da cidadania. A crítica realizada por Lélia Gonzalez (2020) evidencia o fato de que o Estado acredita ser “natural” quase quatro quintos de trabalhadores negros estarem fadados a trabalhos manuais e não qualificados, além de que

também a apropriação lucrativa da produção cultural afro-brasileira é vista com tamanha naturalidade. Na visão de Lília Schwarcz:

[...] criamos uma nação profundamente desigual e racista, cujos altos índices de violência não pararam no tempo da escravidão. Eles têm sido reescritos na ordem do tempo contemporâneo, que mostra como o racismo ainda se agarra a uma ideologia cujo propósito é garantir a manutenção de privilégios, aprofundando a distância social (Schwarcz, 2019, p. 35).

Firmina dá protagonismo e poder de fala para a mulher negra. Ela aposta na humanização tanto da escravizada quanto do escravizado como saída abolicionista contra o regime e a discriminação e, de forma análoga, Fanon (2008) pensa um humanismo pós-colonial, que pode ser construído a partir de um processo em que a racialização e o colonialismo sejam destruídos. O futuro é uma nova perspectiva e é preciso reorganizar a sociedade para que todos possam existir enquanto humanos, livres de qualquer forma de preconceito, subjugação ou violência. A pessoa negra, agora humanizada, já não é mais merecedora de tamanha adversidade, tornando-se um semelhante. Firmina, se propôs, portanto, a sensibilizar seu leitor de modo que ele pudesse perceber que a escravidão é uma ignomínia e que as pessoas negras, especialmente a mulher negra, é merecedora de respeito. Dessa forma, a autora buscou tocar emocionalmente seus leitores a fim de ampliar os adeptos às pautas abolicionistas vigentes no período em que ela produzia suas obras literárias. Ginzburg, de certa forma, corrobora o pensamento de Firmina ao afirmar que: “O acesso a questionamentos sobre a violência por meio da literatura permite romper com a apatia, o torpor, de um modo importante. Textos literários podem motivar empatia por parte do leitor para situações importantes em termos éticos” (Ginzburg, 2012, p. 24).

No que se refere às duradouras consequências do sistema escravista no Brasil, Sandra Giacomini observa e nos alerta que:

A escravidão acabou, mas a presença de suas heranças no bojo de relações burguesas e capitalistas manifesta uma vez mais essa imensa capacidade que têm as classes dominantes, de todos os períodos históricos, de incorporar, até onde for possível, aos privilégios que lhes são próprios os privilégios de grupos dominantes anteriores (Giacomini, 1988, p. 89).

Portanto, é crucial e urgente que o debate fomentado pela literatura abolicionista de Firmina continue relevante na sociedade contemporânea. Esta sociedade herdou e ainda perpetua as desigualdades e preconceitos enraizados no sistema colonial brasileiro. Dessa maneira, a escravidão nos deixou um triste legado de violências contra a população negra conforme tentamos evidenciar neste trabalho e também outrora evidenciado por Cida Bento (2022, p. 79) que afirma ser necessário “[...] reconhecer que alguns dos sistemas existentes hoje foram construídos para manter negras e negros em condição de inferioridade”, ou seja, a promoção da conscientização da população acerca dessas violências é essencial ainda no mundo contemporâneo.

Conclusão

O conto "A escrava" (1887), de Maria Firmina dos Reis, não apenas oferece uma poderosa crítica à opressão das mulheres negras durante o período da escravidão, mas também revela de forma contundente as consequências devastadoras dessa opressão. Ao explorar a interseção entre racismo, sexismo e patriarcado, a obra expõe como esses sistemas de dominação se entrelaçam para perpetuar violências e desigualdades sociais profundas. As situações enfrentadas pelas personagens do conto não são apenas retratos históricos, mas espelhos de realidades contemporâneas, onde questões de raça, gênero e poder continuam a moldar a vida e as oportunidades das pessoas. Assim, "A escrava" (1887) não se limita a um relato do passado, mas funciona como um chamado urgente para reflexão sobre as injustiças persistentes em nossa sociedade atual. Ele nos convoca a questionar essas estruturas de poder arraigadas e a buscar ativamente transformações sociais que promovam uma maior justiça e igualdade para todos.

A violência revela-se como um elemento intrínseco à estrutura social e à produção literária no Brasil, persistindo na contemporaneidade sob novas formas como o racismo, sexismo e discriminação, como abordamos neste estudo. Lilia Schwarcz (2019, p. 27) demonstra que a escravidão superou-se e foi mais que um mero sistema econômico, já que "[...] ela moldou condutas, definiu desigualdades sociais, fez de raça e cor marcadores de diferenças fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade condicionada pelo paternalismo e por uma hierarquia muito estrita". Maria Firmina dos Reis, por sua vez, adota uma perspectiva de alteridade ao expor os sofrimentos da escravizada através de uma narrativa que dá voz própria ao subalterno. Assim, permite que o oprimido relate suas dores e as violências sofridas não como objeto de propriedade de um senhor escravocrata, mas como um ser humano. Além disso, a autora demonstra que as mulheres também resistiram ao regime escravista, seja através de fugas, quando escravizadas, ou por meio de engajamento em sociedades abolicionistas, no caso das libertas.

Portanto, a narrativa ficcional de Maria Firmina estabelece um diálogo profundo com a história do país, reforçando o entendimento de Lilia Schwarcz (2019, p. 26) sobre o estudo histórico: "História não é bula de remédio nem produz efeitos rápidos de curta ou longa duração. Ajuda, porém, a tirar o véu do espanto e a produzir uma discussão mais crítica sobre nosso passado, nosso presente e nosso sonho de futuro". A obra de Firmina dos Reis não apenas revela os aspectos tenebrosos do passado escravocrata, mas também convida à reflexão sobre as continuidades e descontinuidades dessas violências ao longo do tempo. Dessa forma, o propósito deste estudo é promover uma profunda reflexão sobre as múltiplas formas de violência enfrentadas pelas mulheres negras durante o período escravista brasileiro e suas ressonâncias persistentes na sociedade contemporânea.

Referências

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes*. Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. 5. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 144-154.

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Santa Catarina: Avenida, 2009.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. v. 1. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DUARTE, Eduardo de Assis. Escravidão e patriarcado na ficção de Maria Firmina dos Reis. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 59, p. 223–236, 2018a. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/28876>. Acesso em: 18 jan. 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. Úrsula e a desconstrução da razão negra ocidental. In: DUARTE, Constância Lima *et al* (Org.). *Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora*. Rio de Janeiro: Malê, 2018b. p. 51-79.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GIACOMINI, Sonia Maria. *Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. 2. ed. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2017.

GINZBURG, Jaime. *Literatura, violência e melancolia*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRENOUILLEAU, Olivier Pétré. *A história da escravidão*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2009.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?*. Tradução de Bhuvi Libanio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019. *E-book*.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina, fragmentos de uma vida*. São Luiz: COCSN, 1975.

PIGLIA, Ricardo. *Formas breves*. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

REIS, Maria Firmina. A escrava. In: *Úrsula*. Rio de Janeiro: Malê, 2022, p. 199-216.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2012.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida *et al.* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Data de submissão: 20/06/2024

Data de aceite: 06/03/2025